

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.413.240 - PR (2018/0326124-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ZINIE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCAO - EIRELI
AGRAVANTE : SILVANA COSTA CONSALTER
AGRAVANTE : GIOVANNA CONSALTER CICCOSZI
ADVOGADOS : MARCO AURELIO GRESPAN - PR032067
MARCO ANTÔNIO TILLVITZ - PR035881
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
ADVOGADOS : MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA -
PR027109
SILVIA LETICIA VALENTINI - PR058797
ARIADNE PIOVESAN DALLA PALMA - PR074576
EDUARDO PACHECO FERST - PR085907

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ZINIE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCÃO - EIRELI e OUTRAS contra decisão denegatória de seu recurso especial fundado no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, visando reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Nas razões do nobre apelo, as ora agravantes debatem, em síntese: a) cerceamento de defesa pela falta de produção de prova oral e pericial; b) excesso de execução e apresentação de memória de cálculo; c) falta de certeza, liquidez e exigibilidade do título da cédula de crédito bancária; e d) redistribuição dos ônus sucumbenciais e redução dos honorários advocatícios.

É o relatório. Decido.

Cerceamento de defesa:

Com relação à ocorrência de cerceamento de defesa pelo indeferimento de prova oral e pericial, assim entendeu a Corte de origem, *in verbis* (Fls. 411/412):

Do cerceamento de defesa - julgamento antecipado

Sustentam inicialmente os apelantes a nulidade da sentença, vez que o feito foi julgado de forma antecipada, sem a devida produção de provas, tendo em vista que no caso em apreço, ante a complexidade da demanda, é necessária a prova oral e pericial, para demonstrar os termos do negócio realizado, havendo assim o cerceamento de defesa.

Sem razão.

Isto porque, a par dos elementos constantes dos autos, principalmente pelos documentos juntados por ambas as partes, entendeu o juízo a quo em dispensar a produção de outras provas, pois, como destinatário destas,

sentiu-se apto a decidir a lide.

(...)

Ademais, em momento algum o embargante indicou o meio de prova suficiente e necessário para a prova de suas alegações, mas apenas formulou requerimento genérico de designação de fase instrutória, sem indicar a relevância e a pertinência da dilação probatória.

Dessa forma, por não haver necessidade de dilação probatória, correto se mostra o julgamento antecipado do feito, não se havendo falar, portanto, em cerceamento de defesa.

Com isso, para que seja apreciada a questão afeita ao cerceamento de defesa e analisar sobre a necessidade ou não de produção de prova ora e pericial, seria necessário o reexame das provas carreadas aos autos, o que não se coaduna com a via eleita, consoante o enunciado da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, confirmam-se, *litteris*:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE DE FALSIDADE DOCUMENTAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NOVA PERÍCIA. DESNECESSIDADE. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária quando o tribunal recorrido indicar adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo.

3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a decisão pela necessidade ou não da produção de prova é uma faculdade do magistrado, a quem caberá verificar a existência de elementos probatórios para formar sua convicção. Não ocorre cerceamento de defesa quando o julgador, ao constatar nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento, indeferir diligências inúteis ou meramente protelatórias.

4. Alterar a conclusão do tribunal local acerca da ausência de cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide demanda o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, procedimento obstado pela Súmula nº 7/STJ.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp n. 1242313/GO, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2018, DJe 2/8/2018.)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TARIFA DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. ALEGADA OFENSA AO ART. 489, §1º, IV, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA.

TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE NOVAS PROVAS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. IMPOSIÇÃO DE MULTAS. DESCABIMENTO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

IV. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que, em regra, "não ocorre cerceamento de defesa por julgamento antecipado da lide quando as instâncias ordinárias consideram suficiente a instrução do processo. Demais disso, é insuscetível de revisão, nesta via recursal, o entendimento do Tribunal de origem, que, com base nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não ocorreu cerceamento de defesa com o julgamento antecipado da lide e concluiu como suficientes as provas contidas nos autos" (STJ, REsp 1.504.059/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/02/2016). V. No caso, o Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, concluiu que "a dilação probatória pretendida era absolutamente prescindível ao deslinde da questão posta em julgamento, para o qual bastavam as provas documentais anexadas aos autos". Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relacionados à distribuição da carga probatória e à necessidade de produção de prova pericial, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

(...)

VII. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp n. 1255946/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/6/2018, DJe 19/6/2018.)

Excesso de execução e apresentação de memória de cálculo:

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacificado no sentido de que, nos embargos à execução em que se alega o excesso à execução, deve o embargante apresentar memória de cálculo, sob pena de seu indeferimento liminar.

Nesse diapasão, transcrevo os seguintes julgados, *in verbis*:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. APRESENTAÇÃO. INICIAL. VALOR CORRETO E MEMÓRIA DE CÁLCULO. NECESSIDADE.

(...)

3. Nos embargos em excesso de execução, a parte embargante deve indicar, na petição inicial, o valor que entende correto, apresentando memória discriminada de cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento, sendo-lhe vedada a

emenda à inicial.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1022195/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/2/2019.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO EMBARGANTE.

(...)

4. Conforme entendimento assente na jurisprudência desta Corte Superior, quando o fundamento dos embargos for excesso de execução, cabe ao embargante, na petição inicial, a indicação do valor que entende correto e a apresentação da memória do cálculo, sob pena de indeferimento liminar, sendo inadmitida a emenda da petição inicial.

Incidência da Súmula 83 do STJ.

5. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no REsp 1333388/PR, Rel. Ministro Marco Buzzi, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018.)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. ILIQUIDEZ DO TÍTULO EXECUTIVO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. EXCESSO DE EXECUÇÃO. MEMÓRIA DE CÁLCULO. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO VALOR INCONTROVERSO.

(...)

4. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que cabe ao embargante, na petição inicial, a indicação do valor que entende correto e a apresentação da memória do cálculo quando o fundamento dos Embargos for excesso de execução, sob pena de indeferimento liminar, sendo inadmitida a emenda da petição inicial. Precedentes: AgInt no AREsp 1.190.916/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 20/03/2018; REsp 1.622.707/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 20/03/2018; AgInt no AREsp 1002952/SC, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 22/05/2017; AgInt no AREsp 604.930/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 07/03/2017; AgRg no AREsp 224.903/RS, Rel.

Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 19/02/2016.

5. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1770153/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018.)

Quanto ao tema, o Tribunal de origem assim se manifestou, *litteris*:

Do cerceamento de defesa - não apresentação memória de cálculo

(...)

Isto porque não há que se falar que a parte apelante não tinha acesso

aos documentos para a elaboração da planilha de cálculo, vez que poderia facilmente consultar a Ação de Execução, que deu origem aos presentes Embargos, em que houve a juntada na inicial da Cédula de Crédito Bancária exequenda, consoante se observa do Mov. 1.3 dos referidos autos.

Aliás, quando do protocolo dos presentes Embargos, os próprios Embargantes, ora apelantes, juntaram a Cédula exequente, conforme Mov. 1.5.

Veja-se que o referido título (Cédula de Crédito Bancário) foi firmado por parcelas fixas, se tratando de contrato de empréstimo em que houve a previsão de todas as taxas que seriam debitadas dos apelantes, não havendo assim necessidade de que houvesse a apresentação de extratos para comprovação das taxas e encargos cobrados.

Desta forma, os apelantes tinham plenas condições de elaborar a planilha de cálculo com os valores que entendiam como excesso de execução, bastando, para tanto, que indicassem os valores pagos e decotassem os encargos que entendiam abusivos.

Ademais, nos termos do artigo 917, § 3º, do CPC, é dever do embargante devedor a apresentação de impugnação especificada aos lançamentos, com a indicação dos valores que entendem corretos, o que não se vislumbra na inicial dos Embargos.

Assim, em não o fazendo, escorreito restou escorreita a decisão que deixou de apreciar a matéria relativa ao excesso de execução.

Com efeito, tendo a instância *a quo* decidido em consonância com o entendimento consolidado neste Sodalício, há de se aplicar a Súmula n. 83/STJ.

Ademais, para se refutarem os fundamentos expostos pelo julgado recorrido, necessário o reexame do substrato fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta instância especial, sob pena de malferimento do óbice sumular n. 7/STJ.

Falta de certeza, liquidez e exigibilidade do título da cédula de crédito bancária:

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento acerca da matéria em debate, no julgamento do **Tema n. 576**, conforme acórdão assim ementado:

DIREITO BANCÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO VINCULADA A CONTRATO DE CRÉDITO ROTATIVO. EXEQUIBILIDADE. LEI N. 10.931/2004. POSSIBILIDADE DE QUESTIONAMENTO ACERCA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS RELATIVOS AOS DEMONSTRATIVOS DA DÍVIDA. INCISOS I E II DO § 2º DO ART. 28 DA LEI REGENTE.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, circunstância que autoriza sua emissão para documentar a abertura de crédito em conta-corrente, nas modalidades de crédito

rotativo ou cheque especial. O título de crédito deve vir acompanhado de claro demonstrativo acerca dos valores utilizados pelo cliente, trazendo o diploma legal, de maneira taxativa, a relação de exigências que o credor deverá cumprir, de modo a conferir liquidez e exequibilidade à Cédula (art. 28, § 2º, incisos I e II, da Lei n. 10.931/2004).

3. No caso concreto, recurso especial não provido. (REsp n. 1.291.575/PR, relator Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 2/9/2013.)

No que diz respeito ao tema acima delineado, a Corte de origem assim se manifestou, *ipsis litteris* (Fls. 418/419 e 422):

Da nulidade da execução

Alegam os apelantes que a execução é nula, vez que não há a assinatura do apelado e tampouco de duas testemunhas no contrato firmado entre as partes, conforme exigência do artigo 784 do CPC.

Não assiste razão.

A Cédula de Crédito Bancário está prevista expressamente em lei como título executivo extrajudicial, enquadrando-se no inciso VIII, do art. 585, do Código de Processo Civil/73 c/c art. 28, da Lei 10.931/2004.

(...)

Portanto, a Cédula de Crédito Bancário é título de crédito com força executiva, sendo hábil a consubstanciar uma ação executiva.

(...)

Saliente-se que a validade, liquidez e certeza do título dependem, em regra, do preenchimento dos requisitos formais do título executivo, quais sejam, a assinatura das partes executadas, a indicação do valor, da data do vencimento, dos encargos incidentes, acompanhada do demonstrativo de saldo, sendo desnecessária, portanto, a assinatura de duas testemunhas.

Sendo assim, verifica-se que, para refutar o referido entendimento externado pela Corte de origem, necessário o reexame do substrato fático-probatório dos autos, o que é vedado em face do óbice sumular n. 7 desta Corte Superior de Justiça.

A respeito do tema, confirmam-se os seguintes precedentes deste Sodalício:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE. LEI 10.931/04. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A desconstituição da premissa fática lançada pela Corte local no sentido de que o demonstrativo de débito da cédula de crédito bancário preenche os requisitos legais, aptos a conferir-lhe certeza, liquidez e exigibilidade, é vedada em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 171.144/DF, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 24/2/2014.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. REQUISITOS DO DOCUMENTO PARTICULAR. ASSINATURA DAS TESTEMUNHAS APENAS NA PRIMEIRA VIA. SUFICIÊNCIA. SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO ESPECIAL. QUESTÃO CONTROVERTIDA. ARGUMENTO ESTRANHO. SÚMULA N. 284/STF.

1. Para aferir a certeza e liquidez de título executivo extrajudicial ou o preenchimento dos requisitos essenciais à sua validade, é imprescindível o reexame de elementos de convicção dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor da Súmula n. 7/STJ (AgRg no REsp n. 1.197.095/SP).

2. Incide a Súmula n. 284/STF na hipótese de o recorrente utilizar, nas razões do recurso especial, argumento desvinculado da questão controvertida nos autos.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp n. 1.456.893/PA, relator Ministro João Otávio de Noronha, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 18/11/2014.)

Redistribuição da sucumbência:

Este Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência pacífica no sentido de ser vedado, em sede de recurso especial, a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos na demanda, bem como da proporção em que cada parte ficou sucumbente em relação ao pedido inicial, por ensejar o revolvimento de matéria eminentemente fática, a provocar o óbice da Súmula n. 7/STJ.

No mesmo sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPTU. AÇÃO ANULATÓRIA. ERRO MATERIAL. EXISTÊNCIA. AFERIÇÃO DO GRAU DE SUCUMBÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, PARA CORRIGIR ERRO MATERIAL, SEM ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO

I. Embargos de Declaração opostos a acórdão prolatado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, publicado em 26/04/2018.

II. O acórdão embargado examinou o tema relativo à verba honorária, ao entendimento de que teria sido aplicada, pelo Tribunal de origem, a regra da sucumbência recíproca, quando, na verdade, fora decidido que ora embargado teria decaído de parte mínima do pedido. Desse modo, incorreu o acórdão embargado em erro material, que merece ser corrigido.

III. A circunstância de o acórdão, proferido pelo Tribunal de origem, ter aplicado a regra do art. 21, parágrafo único, do CPC/73, e não a do caput do aludido dispositivo, conforme constou, inadvertidamente, do aresto embargado, não determina a modificação do acórdão embargado, porquanto

não compromete o raciocínio jurídico nele desenvolvido.

IV. Com efeito, na forma da jurisprudência, a "aferição do grau de sucumbência entre as partes, para fins de distribuição dos honorários advocatícios, é matéria afeta aos juízos das instâncias ordinárias, por envolver a análise do contexto fático-probatório da demanda, providência igualmente defesa em sede especial, em virtude do óbice contido na Súmula 7 do STJ" (STJ, AgInt no AREsp 899.426/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/10/2017). Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp 1.164.061/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 26/04/2018; AgInt no REsp 1.650.991/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/11/2017; AgInt no REsp 1.503.880/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/03/2018.

V. Embargos de Declaração acolhidos, para corrigir o erro material apontado, sem alteração do resultado do julgamento. (EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 123.839/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 05/11/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. FILHA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ OS 24 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.717/98. REVISÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

(...)

3. No tocante aos honorários advocatícios, importa mencionar que a jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que aferir a proporção do decaimento de cada parte, para concluir pela ocorrência de sucumbência recíproca ou mínima, demanda o revolvimento do acervo probatório, providência incompatível com a via eleita, a teor da Súmula 7/STJ.

4. Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 1.029, §1º, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1220599/AM, relator Ministro Sergio Kukina, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018.)

Na espécie, a decisão do Tribunal *a quo* está em consonância com os entendimentos firmados nesta Corte Superior (Fls. 319 e 423/424).

Redução dos honorários advocatícios:

Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento pacificado no sentido de que a alteração do *quantum* fixado de forma equitativa a título de honorários advocatícios, nos termos do artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil, demanda

necessário revolvimento do conteúdo fático probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ, excetuando-se os casos de valor irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu no caso dos autos.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. VERBA HONORÁRIA. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DECISÃO MANTIDA.

[...]

4. Somente em hipóteses excepcionais, quando o valor dos honorários advocatícios arbitrado na origem se distancia dos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade, a jurisprudência desta Corte permite sua revisão em sede de recurso especial.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp n. 1.075.387/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, QUARTA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 28/8/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. ARTIGO 6º DA LINDB. CARÁTER CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO. RESPONSABILIDADE. COBERTURA. PROCEDIMENTO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. VALOR. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO.

[...]

4. A fixação da verba honorária de sucumbência cabe às instâncias ordinárias, visto que resulta da apreciação equitativa e da avaliação subjetiva do julgador diante das circunstâncias fáticas presentes nos autos, sendo, assim, insuscetível de revisão em recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

[...]

6. Agravo interno parcialmente provido. (AgInt no AREsp n. 795.057/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 15/8/2017.)

Ante o exposto, **conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte Recorrente em 15% do valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais**

previstos no § 2.º do referido dispositivo legal, ressalvada a eventual concessão de justiça gratuita (art. 98, §§ 2.º e 3.º, do Código de Processo Civil).

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

